



# DIÁRIO OFICIAL DO MP

Ano VI • nº 1109 • Campo Grande – MS • sexta-feira • 14 de agosto de 2015

24 páginas



## Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Gestão 2014-2016

Procurador-Geral de Justiça  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Jurídica  
**Mara Cristiane Crisóstomo Bravo**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
**João Albino Cardoso Filho**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Mauri Valentim Riciotti**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça **Sérgio Luiz Morelli**  
Procurador de Justiça **Mauri Valentim Riciotti**  
Procurador de Justiça **Hudson Shiguer Kinashi**  
Procurador de Justiça **Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Procuradora de Justiça **Irma Vieira de Santana e Anzoategui**  
Procuradora de Justiça **Nilza Gomes da Silva**  
Procurador de Justiça **Silvio Cesar Maluf**  
Procurador de Justiça **Antonio Siufi Neto**  
Procurador de Justiça **Evaldo Borges Rodrigues da Costa**  
Procuradora de Justiça **Marigô Regina Bitar Bezerra**  
Procurador de Justiça **Belmiros Soles Ribeiro**  
Procurador de Justiça **Humberto de Matos Brittes**  
Procurador de Justiça **Miguel Vieira da Silva**  
Procurador de Justiça **Amilton Plácido da Rosa**  
Procurador de Justiça **João Albino Cardoso Filho**  
Procurador de Justiça **Paulo Alberto de Oliveira**  
Procuradora de Justiça **Lucienne Reis D'Ávila**  
Procuradora de Justiça **Ariadne de Fátima Cantú da Silva**  
Procurador de Justiça **Francisco Neves Júnior**  
Procurador de Justiça **Edgar Roberto Lemos de Miranda**  
Procurador de Justiça **Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Procuradora de Justiça **Esther Sousa de Oliveira**  
Procurador de Justiça **Aroldo José de Lima**  
Procurador de Justiça **Adhemar Mombrum de Carvalho Neto**  
Procurador de Justiça **Gerardo Eriberto de Moraes**  
Procurador de Justiça **Luis Alberto Safrader**  
Procuradora de Justiça **Sara Francisco Silva**  
Procuradora de Justiça **Mara Cristiane Crisóstomo Bravo**  
Procuradora de Justiça **Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya**  
Procurador de Justiça **Helton Fonseca Bernardes**  
Procurador de Justiça **Gilberto Robalinho da Silva**  
Procurador de Justiça **Paulo Cezar dos Passos**

### EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

### DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais  
(67) 3318-8990 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos  
(67) 3318-2160 e-mail: [caojdccc@mpms.mp.br](mailto:caojdccc@mpms.mp.br)

### DIÁRIO OFICIAL – DOMP-MS

Criação: Assessoria de Comunicação  
Editoração eletrônica: Secretaria-Geral  
Endereço: Rua Pres. Manuel Ferraz de Campo Salles, 214 | Jardim Veraneio  
CEP 79031-907 | Campo Grande- MS  
Telefone: (67) 3318-2055 | [dompms@mpms.mp.br](mailto:dompms@mpms.mp.br)

## EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

### COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

#### DOURADOS

### Edital de Convocação de Audiência Pública sobre os baixos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica nas escolas públicas do Município de Dourados/MS

O Ministério Público Federal, representado pelo Procurador da República Pedro Gabriel Siqueira Gonçalves e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado pelos Promotores de Justiça Claudia Loureiro Ocariz Almirão, Eduardo Fonticilha de Rose, Etéocles Brito Mendonça Dias Junior, Fabrícia Barbosa Lima, Juliano Albuquerque, Luiz Gustavo Camacho Terçariol e Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa no exercício de suas atribuições legais e constitucionais, no âmbito do Procedimento Administrativo n. 001/2015, instaurado para implantação e acompanhamento do projeto MPEDUC, tendo em vista registro do IDEB do Município de Dourados de apenas 5,1 no ano de 2013, bem como para verificar a efetividade dos programas do MEC/FNDE, convocam Audiência Pública a realizar-se no dia 25 de agosto de 2015, às 19 horas, na Câmara Municipal de Dourados – Plenário Weimar Gonçalves Torres, localizado na Avenida Marcelino Pires, n. 3495, CEP 79830-001, em Dourados, com o objetivo de identificar as variantes responsáveis pelos baixos índices apontados, bem como ouvir os órgãos da Administração Pública Municipal e Estadual, comunidade e instituições locais sobre as demandas na área, de modo a orientar a atuação do Ministério Público Federal e Estadual do Município de Dourados, destinada a defesa dos direitos envolvidos sob a perspectiva coletiva nas matérias de suas atribuições. A Audiência Pública será gravada em áudio e vídeo e será lavrada, em até 20 dias após a audiência, ata sucinta dos trabalhos, sendo ambas disponibilizadas aos interessados após o referido prazo. As inscrições para participar deverão ser realizadas através do e-mail: [10pjdourados@mpms.mp.br](mailto:10pjdourados@mpms.mp.br), sendo que as participações serão limitadas à capacidade do auditório.

\*\*\*\*\*

### AVISO DA AGENDA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA N. 002/2015/10ªPJDdos

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio da 10ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos, membro designado Etéocles Brito Mendonça Dias Junior, avisa ao público em geral, bem como as entidades representativas da sociedade civil, instituições públicas e privadas, profissionais da área de educação, estabelecimentos educacionais, unidades de ensino, conselhos regionais de categorias profissionais ligadas à educação e demais pessoas interessadas, a agenda da audiência pública com a finalidade de apresentar o

Projeto Ministério Público pela Educação – MPEDUC e sua execução em Dourados/MS, bem como de obter dados, subsídios, informações, relatos, sugestões, críticas ou propostas concernentes à identificar e compreender os motivos pelos quais apesar dos altos e crescentes investimentos financeiros do MEC/FNDE, o IDEB do Município de Dourados continua abaixo do patamar educacional que tem hoje a média dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que acontecerá no dia **25 de agosto de 2015, das 19h às 22h**, no Plenário Weimar Gonçalves Torres – Avenida Marcelino Pires, n. 3495, CEP 79830-001, nesta cidade.

**Abertura** – Etéocles Brito Mendonça Dias Junior, Promotor de Justiça Designado para atuar na 10ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos de Dourados;

2 – **Representante do Ministério Público Federal;**

3 – **Representante do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação;**

4 – **Representante do CAF – Conselho da Alimentação Escolar;**

5 – **Representante do Sindicato dos Professores;**

6 – **Representante da Secretaria Municipal de Educação;**

7 – **Representante da Secretaria Estadual de Educação;**

**Debates e intervenções;**

**Encerramento** - Etéocles Brito Mendonça Dias Junior, Promotor de Justiça Designado para atuar na 10ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos de Dourados; Dourados, 12 de agosto de 2015.

**ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JUNIOR** - Promotor de Justiça

\*\*\*\*\*

## REGULAMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

**ASSUNTO:** “MPEDUC”

**Data:** 25 de agosto de 2015.

**Horário:** das 19h às 22h

**Local:** Plenário Weimar Gonçalves Torres – Avenida Marcelino Pires, n. 3495, CEP 79830-001, em Dourados/MS.

O **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul** por intermédio dos Promotores de Justiça da Comarca de Dourados/MS Claudia Loureiro Ocariz Almirão, Eduardo FonticIELha de Rose, Etéocles Brito Mendonça Dias Junior, Fabrícia Barbosa Lima, Juliano Albuquerque, Luiz Gustavo Camacho Terçariol e Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa, em parceria com o **Ministério Público Federal**, representado pelo Procurador da República Pedro Gabriel Siqueira Gonçalves, conforme previsto no artigo 27, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993; no artigo 1º da Resolução nº

82/2012/CNMP; no artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº72/1994; e no artigo 46 da Resolução nº 15/2007-PGJ, resolvem realizar **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, nos termos seguintes:

## TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** - A audiência pública será realizada com a finalidade de apresentar o Projeto Ministério Público pela Educação – MPEDUC e sua execução em Dourados (MS), bem como de obter dados, subsídios, informações, relatos, sugestões, críticas ou propostas concernentes à identificar e compreender os motivos pelos quais, apesar dos altos e crescentes investimentos financeiros do MEC/FNDE, o IDEB do Município de Dourados/MS continua abaixo do patamar educacional que tem hoje a média dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

**Art. 2º** - Caberá ao Procurador da República Pedro Gabriel Siqueira Gonçalves e ao Promotor de Justiça Etéocles Brito Junior para presidirem os trabalhos, nos termos definidos neste regimento.

**Parágrafo único** - São prerrogativas dos Presidentes da sessão:

- a) Designar um ou mais secretários que o assistam;
- b) Realizar uma apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da audiência, ordenando o curso dos debates;
- c) Decidir sobre a pertinência das intervenções orais;
- d) Decidir sobre a pertinência das questões formuladas;
- e) Dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da sessão, bem como sua reabertura ou continuação, quando repute conveniente, de ofício ou a pedido de algum participante;
- f) Prorrogar o tempo das elocuições, quando considere necessário ou útil, e decidir sobre a pertinência de alguma questão, mesmo após esgotado o tempo da audiência pública.

## TÍTULO II DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA

### CAPÍTULO I DA INSCRIÇÃO

**Art. 3º** - Para participar dos debates, poderá ser feita prévia inscrição pessoalmente no endereço da 10ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos, sito à Rua João Correa Neto, n. 400, Jardim Santo Antonio, nesta Comarca, ou por meio do endereço eletrônico: [10pjdourados@mpms.mp.br](mailto:10pjdourados@mpms.mp.br), até as 18 horas do dia 21 de agosto de 2015.

**Parágrafo único.** Havendo disponibilidade de tempo, poderão ser realizadas inscrições durante a realização da audiência pública. A ordem de inscrição determinará a sequência dos questionadores.

**Art. 4º** - O(s) a(s) expositores(as) fará(ão) uso da palavra por 10 (dez) minutos no máximo e os questionamentos aos expositores terão o prazo máximo de duração de 3 (três) minutos, podendo ser aumentado ou diminuído com a aprovação da maioria simples dos participantes.

## CAPÍTULO II DO PROCEDIMENTO

**Art. 5º** - A sessão terá acesso livre a qualquer pessoa, bem como aos meios de comunicação, respeitados os limites impostos pelas instalações físicas do local de realização da Audiência Pública.

**Art. 6º** - A Audiência Pública será realizada no dia **25 de agosto de 2015, das 19h às 22h**, no Plenário Weimar Gonçalves Torres, localizado na Avenida Marcelino Pires, n. 3495, CEP 79830-001, nesta cidade.

**Art. 7º** - A Audiência Pública será realizada na forma de exposição e debates orais e, conforme disciplinada neste regimento, sendo facultada a apresentação de documentos escritos e assinados no transcorrer desta.

**Parágrafo único** – Serão permitidas filmagens, gravações e outras formas de registro.

**Art. 8º** - A audiência será presidida pelos membros indicados no *caput* do artigo 2º que, após leitura do objeto da sessão, iniciará os trabalhos com a concessão da palavra aos expositores, com posterior discussão com os interessados presentes.

**Art. 9º** - Podem participar da Audiência Pública como debatedores quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que possuam interesse geral na questão objeto da audiência ou que, pela experiência profissional e/ou acadêmica, possam contribuir para o esclarecimento do objeto da sessão, mediante convite prévio da presidência da Audiência Pública.

**§ 1º.** As manifestações versarão, **obrigatoriamente**, sobre assuntos que digam respeito ao objeto da audiência, podendo o presidente advertir o participante quando agir ou fizer uso da palavra sobre assunto em desconformidade com a presente disposição (escolher uma ou outra opção) e cassar a palavra, na hipótese de renitência;

**§ 2º.** As discussões poderão ser divididas por temas (blocos) e poderão ter o encerramento prorrogado ou antecipado, a critério da presidência.

**§ 3º.** Não será permitido o uso indevido da palavra para ataque pessoal, incontinência verbal ou manifestação de cunho político/partidário;

**Art. 10** – Poderá ser emitida declaração de comparecimento pela 10ª Promotoria de Justiça após a realização da Audiência Pública para os participantes, apresentada a devida justificativa, que solicitem até o início da sessão.

**Art. 11** - Concluídas as exposições e as intervenções, o Presidente dará por encerrada a Audiência Pública, fazendo leitura resumida dos pontos principais da sessão, sendo que a ata será lavrada e disponibilizada aos interessados pela 10ª Promotoria de Justiça de Dourados após cinco dias da realização do evento, sem prejuízo de eventual gravação audiovisual.

**§ 1º.** Serão anexados à ata todos os documentos que forem entregues ao Presidente dos trabalhos durante o trâmite da Audiência Pública;

**§ 2º.** A ata será subscrita pelo Presidente da Sessão, pelos expositores e por uma instituição da sociedade civil presente na Audiência Pública;

**Art. 12** - Ao final dos trabalhos, os Presidentes da Audiência efetivarão:

**I-** Lavratura de Ata Circunstanciada, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar de sua realização, em atendimento ao previsto no Artigo 49 da Resolução nº 15/2007-PGJ;

**II-** Encaminhamento da Ata da Audiência e seu extrato ao Procurador-Geral de Justiça para ciência, providências e publicação, conforme dispõe o §2º, do art. 49, da Resolução supracitada, bem como à Coordenação do MPEDUC para inclusão no sítio eletrônico;

**III-** Encaminhamento, a seu critério, da Ata da Audiência e seu extrato aos gestores públicos da respectiva área para conhecimento e providências que entenderem cabíveis;

**IV-** No caso de surgimento de matérias afetas à atribuição de outra Promotoria de Justiça, em havendo a necessidade de medidas de modo a evitar o perecimento de direitos, encaminhamento das conclusões e respectivos documentos ao Promotor de Justiça com atribuição na área. Não havendo medidas urgentes a serem tomadas, tais informações serão encaminhadas oportunamente, ao final da execução do programa.

**V** – Ao final do programa, será efetuada a produção de relatório, com sugestão de alguma das seguintes providências: a) arquivamento das investigações; b) celebração de termo de ajustamento de conduta; c) expedição de recomendações; d) instauração de inquérito civil ou policial; e) ajuizamento de ação civil pública; f) divulgação das conclusões de propostas de soluções ou providências alternativas, em prazo razoável, diante da complexidade da matéria (Art. 6º, da Resolução n. 82/2012-CNMP).

## CAPÍTULO III DA PUBLICIDADE

**Art. 13** - A Audiência Pública será ampla e previamente divulgada pelos meios de comunicação, notadamente no sítio eletrônico do MPF, MPE e MPEDUC, e o extrato do edital publicado no DOMP – Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

**Parágrafo único** – É facultado aos Representantes do Ministério Público convidar especialistas, pesquisadores, técnicos, associações com atuação no âmbito do objeto da audiência, representações profissionais ou sindicais, assim como empresas e afins, observado a pertinência temática, para comparecerem à audiência.

Dourados, 12 de Agosto de 2015.

**CLAUDIA LOUREIRO OCARIZ ALMIRÃO** - Promotora de Justiça

**EDUARDO FONTICIELHA DE ROSE** - Promotor de Justiça

**ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JUNIOR** - Promotor de Justiça

**FABRÍCIA BARBOSA LIMA** – Promotora de Justiça

**JOSÉ APARECIDO RIGATO** - Promotora de Justiça

**JULIANO ALBUQUERQUE** - Promotor de Justiça

**LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL** - Promotor de Justiça

**PAULO ROBERTO GONÇALVES ISHIKAWA** - Promotor de Justiça

**PEDRO GABRIEL SIQUEIRA GONÇALVES** - Procurador da República